



Anais da Assembléia

Nº 139

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE SETEMBRO DE 1996

ANO XXI.1

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT - 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB - 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB - 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB - 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB - 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL - 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Reny Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT - 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

Ato da Presidência:

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

ATO DA PRESIDÊNCIA N° 03/96

Alterar a composição dos Deputados que foram designados pelo Ato da Presidência n° 01/96, de 02 de fevereiro de 1996, para acompanhar as operações de venda, dar em caução e/ou oferecer como garantia de operações de crédito, financiamento e operações de qualquer natureza, das ações que o Governo do Estado do Paraná detém na Companhia Paranaense de Energia - COPEL, tendo em vista o afastamento do Deputado Nelson Justus para assumir a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico.

- 01 - Deputado Marquinhos Alves
- 02 - Deputado Ângelo Vanhoni
- 03 - Deputado Caíto Quintana
- 04 - Deputado Valdir Rossoni
- 05 - Deputado Duílio Genari

ATO DA PRESIDÊNCIA N° 04/96

Alterar a composição dos Deputados que foram destinados pelo Ato da Presidência n° 02/96, de 15 de maio de 1996, para acompanhar as operações de venda das ações que o Governo do Estado do Paraná detém da Companhia de Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, tendo em vista o afastamento do Deputado Nelson Justus para assumir a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico.

- 01 - Deputado Marquinhos Alves
- 02 - Deputado Ângelo Vanhoni
- 03 - Deputado Caíto Quintana
- 04 - Deputado Valdir Rossoni
- 05 - Deputado Élio Lino Rusch

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.09.96

(a) ANTRAL KHURY

Presidente

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 86ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 1996.**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Techy Filho, Albanor Gomes, Alqaci Málio, Ângelo Vanhoni, Antonio Pelinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana,

Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Ironi Puçliesi, João Preis, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Renato Adur, Renv Borsatto, Ricardo Chab, Sâmias da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se em licença os Senhores Deputados Edcar Bueno e Plauto Miró Guimarães (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - É com satisfação que esta Mesa Executiva registra a presença dos alunos do 4º ano de magistério do Colégio Estadual Dr. Afonso de Camargo, de Rio Azul, bem como, de sua Diretora Maria José Simon, que nos honram com suas presenças.

Anúncio esse feito em nome do ilustre Deputado Toti Colaço.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM N° 073/96

Curitiba, 11 de setembro de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para, nos termos do art. 10, da Carta Estadual, ser apreciado por essa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região - AMATRA IX, imóvel situado no bairro do Tarumã, com área de 3.900,00 m², sem benfeitorias, parte de área maior havida pelo Estado do Paraná, conforme o que consta da transcrição n° 12.326, do livro 3/H, do Cartório de Registro de Imóveis da

2.^a Circunscrição Imobiliária, da Comarca de Curitiba.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que a Donatária irá utilizar o mencionado imóvel na instalação da Escola Judicial da Magistratura do Trabalho do Estado do Paraná, no prazo de dois anos. Vale ressaltar que a Entidade Donatária foi declarada de utilidade pública, através da Lei n° 11.358, de 03 de abril de 1996 e que, segundo seus estatutos, presta "assistência social mediante convênio com entes públicos ou entidades beneficentes", fatos que atendem às condições estabelecidas pelo art. 10 da Constituição Estadual. Por outro lado merece destacar que o plano de lei em referência contém dispositivos expressos, não só estabelecendo prazo para cumprimento das finalidades da doação, como, também, impedindo utilização do imóvel diversa da prevista e determinando que o mesmo fique gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 17.09.96

(a) JAIME LERNER

PROJETO DE LEI N° 427/96

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar à Associação dos Magistrados do Trabalho da 9.^a Região - AMATRA IX, o imóvel situado nesta cidade de Curitiba, no bairro do Tarumã, de frente para a Avenida Konrad Adenauer, esquina com uma rua projetada, com área de 3.900,00 m², sem edificações, de propriedade do Estado do Paraná, parte de área maior, conforme o que consta na transcrição n° 12.326, do livro 3/H, do Cartório de Registro de Imóveis da 2.^a Circunscrição Imobiliária, da Comarca de Curitiba.

Art. 2° - O imóvel a que se refere o artigo 1° desta lei, será utilizado pela AMATRA IX exclusivamente para instalação e funcionamento da Escola Judicial da Magistratura do Trabalho do Estado do Paraná, no prazo máximo de 02 (dois) anos, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham a ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 074/96

Curitiba, 11 de setembro de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei complementar, que objetiva alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei Complementar n° 76, de 21 de dezembro de 1995, que dispõe sobre concessões e permissões de serviços públicos.

Os estudos que precederam a formulação da presente proposição, embora o caráter genérico da matéria versada, iniciaram-se através de expediente oriundo da Secretaria de Estado dos Transportes, para seguir sistemática adotada com pleno êxito pelo Governo Federal, em situações semelhantes, permitir subconcessão dos serviços da FERROESTE. Demonstrando, com o devido detalhamento, o elevado interesse público de que é revestida a medida legal em referência, assim como esclarecendo sua conveniência e oportunidade, vai, adiante transcrita, Exposição de Motivos a mim apresentada pela Secretaria de Estado dos Transportes:

"O Estado do Paraná deseja observar na subconcessão da FERROESTE, os mesmos princípios e a mesma sistemática que vêm sendo adotados pela União Federal com resultados excelentes, face à integral transparência que assecuram ao processo.

Daí porque se pretende adotar o leilão para a transferência dos serviços a cargo da FERROESTE.

A Lei Federal n° 9.074, de 07 de julho de 1995, que "Estabelece Normas para a Outorga e Prorrogações das Concessões e Permissões de Serviços Públicos", permite a adoção de leilão nos processos de privatização, consoante disposição dos seus artigos 27, 29 e 30.

Assim, no art. 27 o seu parágrafo 3°, o leilão é permitido no processo de privatização em que houver transferência de controle acionário, tanto de empresas controladas pela União, como de empresas controladas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, conforme se pode verificar, verbis:

"Art. 27 - Nos casos em que os serviços públicos, prestados por essas pessoas jurídicas sob controle direto ou indireto da União, para promover a privatização simultaneamente com a outorga de nova concessão ou com a prorrogação das concessões existentes, a União, exceto quanto aos

serviços públicos de telecomunicações, no-
derá:

Parágrafo Único - Na hipótese prevista neste artigo, os bens vinculados ao respectivo serviço público serão utilizados, pelo novo concessionário, mediante contrato de arrendamento a ser celebrado com o concessionário original".

E no artigo 30 dispõe que:

"Art. 30 - O disposto no art. 27 aplica-se, ainda, aos casos em que o concessionário de serviço público de competência da União for empresa sob controle direto ou indireto dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, desde que as partes concordem quanto a regras estabelecidas".

Nesses dispositivos acima transcritos é evidente a derrogação da Lei n° 8.987, de 13 de dezembro de 1995, no tocante à adoção da modalidade de concorrência para a outorga da concessão na hipótese de privatização, especialmente com referência ao inciso II do seu art. 2°, que assim dispõe:

"Art. 2° - Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - *missis*

II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de CONCORRÊNCIA, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstrem capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

III e IV - *missis*."

Nenhum princípio jurídico, segundo nos parece, poderá ser invocado para negar validade à adoção da modalidade de leilão, se nas hipóteses de privatização acima previstas houver necessidade de outorga de subconcessão, face à possibilidade da aplicação analógica dos mencionados arts. 27, 29 e 30 da Lei n° 9.074/95.

Por outro lado, é indiscutível a competência suplementar do Estado do Paraná para, observados os princípios da legislação federal, legislar sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos e, bem assim, sobre licitações e contratos administrativos, no âmbito de sua jurisdição.

A FERROESTE, muito embora seja concessionária de serviço público federal, é sociedade de economia mista controlada pelo Estado do Paraná e, portanto, é entidade integrante da administração indireta do mesmo Estado. O contrato de subconcessão dos seus serviços é, sem dúvida, ato administrativo estadual, sem embargo da necessária concordância e autorização do poder concedente.

Por consequente, será plenamente válida a lei estadual que permitir, a subconcessão dos serviços a cargo da FERROESTE,

através de leilão, pelos fundamentos a seguir resumidos:

I - a subconcessão é ato de entidade da Administração Pública Estadual e, por isso, está submetida à disciplina legislativa do Estado do Paraná.

II - O Estado do Paraná tem competência supletiva para legislar sobre a matéria.

III - a adoção de licitação sob a modalidade de leilão na subconcessão dos serviços da FERROESTE obedece rigorosamente aos princípios estabelecidos na legislação federal.

Assim, trata-se de acrescer à redação da Lei Complementar n° 76/95, de 21 de dezembro de 1995, a possibilidade de efetivar-se a concessão e a subconcessão, no âmbito estadual e ainda que não haja a alienação de bens ou ações, também através da modalidade de leilão, estendendo-a aos casos de arrendamento de bens e terceirização de serviços e possibilitando a licitação com a fixação de preço mínimo a fim de selecionar a melhor proposta.

Justifica-se a sua inclusão, em virtude da série de vantagens que advirão à Administração, sejam elas relativas à transparência, imparcialidade e celeridade nos procedimentos, preservando os princípios da moralidade administrativa, legalidade, impessoalidade, igualdade e publicidade, entre outros.

A vista do exposto, encaminhamos em anexo, minuta do anteprojeto de lei que deverá ser submetido à Assembléia Legislativa do Estado".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 17.09.96

(a) JAIME LERNER

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1° - Os incisos II, III e IV, do artigo 2°, o artigo 3° e seu parágrafo primeiro e o parágrafo primeiro do artigo 26, da Lei Complementar n° 76, de 21 de dezembro de 1995, passam a vigor com a seguinte redação:

"Art. 2° ...

II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, nas modalidades de concorrência ou leilão, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstrem capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

III - concessão de serviço público procedida da execução de obra pública: a

construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente mediante licitação, nas modalidades de concorrência ou leilão, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstrem capacidade para a sua realização por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado;

IV - concessão de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, nas modalidades de concorrência ou leilão, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstrem capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado.

Art. 3º - As concessões e permissões de serviço público e as concessões de obras públicas serão sempre precedidas de licitação, nas modalidades de concorrência pública ou leilão.

§ 1º - A concorrência e o leilão sujeitar-se-ão às disposições desta lei e, no que for aplicável, às normas da legislação sobre licitações e contratos administrativos, somente sendo dispensadas:

....

Art. 26 - ...

§ 1º - A outorga de subconcessão será sempre precedida de concorrência ou leilão."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIO

PR.GOV.279/96

Curitiba, em 27.08.96.

Senhor Presidente.

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar que o Deputado Valdir Luiz Rossoni responderá pela Liderança do Governo junto a essa Assembleia Legislativa, até o dia 15.10.96.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 17.09.96

(a) JAIME LERNER

OFÍCIO

Curitiba, em 04.09.96.

Senhor Presidente.

José Tavares, Deputado Estadual, abai-

xo assinado, ven pelo presente requerer a Vossa Excelência lhe seja concedido licença de 60 (sessenta) dias, a contar desta data para tratar de assuntos particulares.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Sala das Sessões, em 17.09.96

(a) JOSÉ TAVARES

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 983

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 427/96, oriundo da Mensagem n° 73/96, que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região - AMATRA IX, imóvel situado no Bairro do Tarumã.

Sala das Sessões, em 17.09.96

(A) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO N° 992

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da Relação Final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.09.96

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 975

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta augusta Casa de Leis, Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Senhor NIBET DEUCHER.

Sala das Sessões, em 17.09.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Descendente de alemães, NIBET DEUCHER, nasceu aos 02 de junho de 1932, na localidade de Bom Retiro, Santa Catarina, onde começou seus estudos, acabando por concluir o 2º grau na região gaúcha.

Casou-se primeiramente com Janice Reghetto, em Urubici/SC, com a qual teve três filhos: Sonia Leonora Deucher, Gilson Deucher, e Otilia Regina Deucher. Trabalhou em vários clubes da capital, onde era dono dos buffets, tais como o Clube do Comércio, Clube Concórdia, Santa Mônica Clube de Campo, Jôquei Clube, Clube Pinheiros (atualmente Paraná Clube), e por fim Clube

Curitibano.

Seu segundo casamento foi com Elizabete da Silva, com quem teve duas filhas; Katv Simone Deucher e Karina Maile Deucher. Adquirindo experiência no ramo de restaurantes, foi proprietário de duas casas, "Frau Leo", e a cantina "Bela Napole", em Santa Felicidade, entre outros. Atuou também na área de cozinha industrial, sendo um dos mais famosos no ramo,

O Senhor NIBET DEUCHER tinha o dom de cantar, tendo em vista que era cantor lírico, chegando a fazer recitais em São Paulo, Curitiba, Florianópolis, interiores de Estados, e também em Buenos Aires, Argentina.

De descendência alemã, NIBET DEUCHER era filho de Fredolino Teofilo Deucher e Leonora Deucher. Honroso pai de família, era visto por todos que o conheciam como um homem digno de respeito e trabalhador assíduo, mostrando em todos os lugares que passava sua amistosidade e sinceridade para com as pessoas.

É com grande satisfação que proponho esta homenagem póstuma a NIBET DEUCHER, pessoa estimada por colegas e parentes, deixando a todos profundas saudades, principalmente sua esposa, seus 05 filhos e 03 netos.

REQUERIMENTO N° 985

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de Voto de Profundo Pesar, pelo falecimento do Doutor LYSIMACO FERREIRA DA COSTA NETO, ocorrido no último final de semana, na nossa Capital.

Requer, outrossim, que seja dada ciência à família enlutada, da decisão desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.09.96.

(a) ANIHAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 56 anos, faleceu em nossa Capital, o Doutor Lysimaco Ferreira da Costa Neto, que pertencia a tradicional família curitibana.

O extinto deixa viúva Dona Rosa Teresa Jampa Vargas e quatro filhos, Lysimaco, José Pedro, Maria Ivone e Marcelo.

Brilhante profissional o Doutor Lysimaco exerceu funções de Assessor Jurídico e de Diretor da Corregedoria da Justiça no Tribunal de Justiça do Estado.

Turquista apaixonado, o passamento de Lysimaco Ferreira da Costa deixou o turfe do Paraná enlutado. Tendo sido proprietário do Haras São Luiz de Gonzaga e criador de P.S.I. (Puro Sanque Inglês), ocupou por diversas vezes importantes cargos no Jockey Club do Paraná, como Vice-Presidente e

Conselheiro, além do espinhoso cargo de Presidente da Comissão de Turfe, onde demonstrou toda a sua capacidade e dedicação.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná cumpre o dever de associar-se a dor que abalou a tradicional família curitibana, Ferreira da Costa, endereçando a ela voto de profundo pesar.

REQUERIMENTO N° 986

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de Voto de Profundo Pesar, pelo falecimento do ex-prefeito de Campina Grande do Sul, JOÃO MARIA DE BARROS, ocorrido no último sábado naquele município paranaense.

Requer, outrossim, que seja dada ciência à família enlutada, da decisão desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.09.96.

(a) ANIHAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Faleceu no último final de semana no Município de Campina Grande do Sul, o Senhor João Maria de Barros, aos 78 anos de idade. Deixando viúva a Senhora Araci Simoni de Barros e três filhos.

João Maria de Barros foi um dedicado lutador pelas justas causas da comunidade de Campina Grande do Sul, tendo sido Vereador nos anos de 1956 e 57, Vice-Prefeito da Administração de Ari Alves Bandeira, de 1956 e 1960 e chegou ao posto de Prefeito municipal realizando uma magnífica gestão, em 1973-1977.

A Assembléia Legislativa aprovando este requerimento se associa a dor da família e do povo de Campina Grande do Sul, pela perda de um grande homem cujo passamento aconteceu no último sábado.

REQUERIMENTO N° 989

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, Votos de Profundo Pesar pelo falecimento do Senhor VALDEMAR PEREIRA GUERREIRO, aos 75 anos de idade, ocorrido no dia 05.09.96, nesta Capital.

Ferroviário aposentado, deixa viúva e 9 filhos.

Homem honesto, trabalhador, profissional, amigo e solidário, VALDEMAR PEREIRA GUERREIRO, com seu passamento, deixa enorme lacuna no seio de sua família e de seu vasto círculo de amigos.

Porém nem o tempo, nem a distância poderão jamais apagar do nosso coração a lembrança e o exemplo desse homem que sou-

be conquistar o amor, o carinho e a amizade de todos os que tiveram a oportunidade de conhecê-lo e conviver com ele.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família PEREIRA GUERREIRO enviando a ela Voto de Profundo Pesar, para o seguinte endereço: Rua Lázaro de Oliveira Lima, nº 222 - Jd. Europa - Ourinhos/São Paulo.

Sala das Sessões, em 17.09.96.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 997

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, Voto de Profundo Pesar, pelo falecimento do Senhor ENÉZIO ROSA, ocorrido em 16/09/96.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada, Rua 19 de Dezembro, s/n - CEP: 87270-000 - Engenheiro Beltrão-PR.

Sala das Sessões, em 17.09.96.

(a) NELSON TURVIX

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 82 anos faleceu o Senhor Enézio José da Rosa, que deixou viúva a Senhora Joana Rosa e 01 filha a Senhora Antonia Rosa Caracumarla e 2 netos. O passamento do Senhor Enézio veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O extinto era pessoa bastante relacionada, humana e dedicada ao bem comum, sempre prestou relevantes serviços à população quando prefeito pelo Município de Engenheiro Beltrão, também era candidato a vereador para dar continuidade a seu trabalho junto a comunidade, para melhor colaborar com as necessidades existentes no referido Município.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu aos mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos o seu filho; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Anézio.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande, o céu e a paz sobre Enézio Rosa, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Rosa, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1002

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido Voto de Pesar, pelo falecimento ocorrido em 16.09/96, do Egrégio Dr. OLAVO ALBERTO DE CARVALHO.

Nascido em 08/12/1914, natural de Prudentópolis, o Dr. Olavo caracterizou-se por sua integridade, por seu determinismo em suas atividades, fossem elas laborais, familiares ou no convívio social. Fundador do Rotary Club de Ponta Grossa, o egrégio desenvolveu atividades sociais atinentes a solidariedade e ao desenvolvimento social de Ponta Grossa. Sem dúvida um dos maiores empreendedores do município Ponta-grossense, deixa enlutados familiares, amigos e todos aqueles que tiveram a oportunidade de conhecê-lo.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência a família enlutada, sito a Rua Rio Grande do Sul, 171 - Centro - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 17.09.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 979

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado "Votos de Congratulações" à população, em nome dos Poderes Constituídos do Município de Rebouças-PR., (Prefeitura Municipal; Poder Legislativo e Poder Judiciário), pela passagem, neste dia 21.09.96, dos seus 56 anos de emancipação política.

Sala das Sessões, em 17.09.96

(a) WOTI COLAÇO.

JUSTIFICATIVA:

Entre 1.902 e 1904 quando em Rebouças chegaram os trilhos da Estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, de propriedade da Rede Ferroviária Federal S/A, em homenagem do engenheiro orientador dos trabalhos de construção desta ferrovia, o distrito passou a denominar-se Antonio Rebouças, passando a Município em 31 de março de 1.930, pela Lei Estadual nº 2.739, subordinado judicialmente, ao Têrmo de São João do Triunfo e jurisdição da Comarca de São Mateus do Sul, conservando aquela denominação até 1.943, quando foi simplificada para REBOUÇAS, em virtude de existir no Estado de São Paulo um Distrito com o nome de Antonio Rebouças. A sede municipal permaneceu por alguns anos na categoria de Vila até alcançar o título de Cidade.

O Município é constituído de um único distrito. Em 1.935, pelo Decreto nº 93, de 18 de junho, o Município foi elevado à têrmo de Comarca, desmembrando-se de São

João do Triunfo e integrado à Comarca de Irati.

Por Decreto Estadual nº 5.097, do Governo de Manoel Ribas, em 1º de Dezembro de 1.937, foi elevado à categoria de Comarca de 1ª. Entrância, reestruturado nesta categoria pela Lei Estadual de 14 de setembro de 1.948.

A sua área municipal é de 490 km²; altitude de 780 metros acima do nível do mar; o clima é temperado, havendo frequentes ocorrências de geadas no inverno. O censo de 1.990, realizado pelo I.B.G.E. revelou uma população de 13.109 habitantes. O gentílico das pessoas nascidas no município é Reboucense.

Principais atividades: 40% do movimento financeiro do município é representado pela Agricultura; 20% pela indústria extrativa; 15% pela indústria em geral; 13% pelo comércio e 12% pela pecuária. Considerando-se os menores que ajudam na agropecuária, calcula-se em 70% a população dedicada a esta atividade, contra 30% dedicada à indústria, comércio e prestação de serviços.

As principais indústrias são do ramo de: cerâmica, serralha e fábrica de farinha de milho. As demais ocupam-se dos ramos de: móveis, artefatos de madeira, de cimento e beneficiamento de cereais.

No setor de transporte e comunicações os ônibus do Expresso Princesa dos Campos, fazem a ligação de Rebouças com as cidades vizinhas, com linhas para Ponta Grossa e União da Vitória. Passa pelo Município a empresa Lapeana que liga Irati-São Mateus do Sul-Iapa. Outra empresa é a J.Araújo que liga Mallet-Curitiba. No setor de comunicações está instalada na cidade uma agência dos Correios, mais de duas centenas de aparelhos telefônicos da Telepar e a Rádio Alvorada do Sul.

Parabéns Rebouças!!! "Capital da Amizade".

REQUERIMENTO Nº 984

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da Sessão Plenária de hoje, de Voto de Congratulações, pela posse do Doutor Lauro Fabrício de Melo no cargo de Juiz do Tribunal de Alçada do Estado.

Sala das Sessões, em 17.09.96

(a) ANIBAL KRURY.

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná apresenta, através deste requerimento, Votos de Congratulações ao Poder Judiciário pela posse do brilhante jurista Lauro Fabrício de Melo no cargo de Juiz do Tribunal de Alçada do Estado.

O Doutor Lauro Fabrício de Melo já vinha ocupando, com destaque, o cargo de Juiz Substituto de 2ª Instância e vai ocupar a vaga deixada pelo Juiz Sidney Mora, que foi promovido a Desembargador.

Isto posto, o Poder Legislativo cumpre a obrigação de se congratular com o Juiz que agora toma posse e com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná pela merecida promoção.

REQUERIMENTO Nº 990

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e Soberano Plenário, a consignação na Ata da presente Sessão Plenária, de votos de louvor e regozijo, pela inauguração da Casa-Lar nº 6, do Iar Batista Esperança, cerimônia a ser realizada no próximo dia 21 de Setembro de 1996, às 14 horas, na Rua General Russe, nº 132, Pilarzinho, com a presença do Prefeito Municipal, Sr. Rafael Greca e da Secretária Estadual da Criança e Assuntos de Família Sra. Fani Lerner, entre outras autoridades.

Requer outrossim, o envio de correspondência alusiva à data, ao Presidente do Iar Batista Esperança, Pastor Nathaniel Martins Brandão Jr., sito à Rua Ten. Manoel Miquel Ribeiro, nº 233, Bom Retiro, Curitiba, CEP 80520-090.

Sala das Sessões, em 17.09.96

(a) CLÉTON FRIESE.

REQUERIMENTO Nº 991

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, de Votos de Congratulações à Escola Especializada Primavera, alusivos à comemoração de 25 anos de existência, no próximo dia 30 de setembro do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência à Diretora daquela Escola, Senhora Elizabeth Hay Nunes, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Monte Castelo nº 1.207, CEP 82530-200, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.09.96

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO Nº 978

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda e aos Deputados Federais pelo Estado do Paraná, solicitando medidas urgentes no sentido de solucionar os sé-

rios problemas que tem causado o talão do ITR (Imposto Territorial Rural), no exercício de 94/95, no que diz respeito a Contribuição Sindical Rural de Empregador.

O Decreto Lei n° 1.166/71 é uma afronta constitucional à democracia e à liberdade sindical, pois, trata-se de uma injustiça flagrante. Todos sabemos que os pequenos agricultores, proprietários de terra rural nos pequenos municípios do Estado do Paraná, utilizam-se de mão-de-obra da mulher, dos filhos, das filhas, enfim, dos familiares, porque não têm condições e nem há necessidade tampouco de contratação de empregados. Dito isto, não são empregadores e não podem ser classificados como tal. Assim, não podem arcar com este imposto que não lhes compete. Estamos recebendo manifestações com abaixo-assinado de diversos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná, numa grita contra esses absurdos. Em caráter urgente urgentíssimo pede-se que sejam emitidos novos talões, através da Receita Federal, excluindo este tipo de imposto, haja vista que os pequenos agricultores estão dispostos a saldar os compromissos com o ITR, mas não o indevido com a Contribuição Sindical.

Sala das Sessões, em 17.09.96

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 993

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, envio de pedido de expediente ao Exmo. Sr. Nelson Jobin, Ministro da Justiça, solicitando o fim do Decreto Lei 1.166/71.

Acompanha tal requerimento manifestação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rebouças.

Sala das Sessões, em 17.09.96

(a) DOUTOR ROSTINA.

REQUERIMENTO N° 998

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPREL, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Boa Vista, proximidades da Igreja Nossa Senhora de Nazaré, os quais solicitam a implantação de rede de energia elétrica nos lotes situados entre as ruas Fernando de Noronha, Lourenço Volpi, João Kânia e Francisco Natael de Camargo. Os proprietários se prontem a pagar pela execução dos serviços, porém da forma mais acessível que essa COPREL possa parcelar. Informações complementares podem ser obtidas com Sr. Sílvio Bardrik pelo telefone 336-2443.

Sala das Sessões, em 17.09.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

REQUERIMENTO N° 999

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua à Coordenação de Região Metropolitana de Curitiba COMEC, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Novo Horizonte - Jardim Graziela, no Município de Almirante Tamandaré, os quais solicitam a implantação de um ponto de ônibus da linha Jardim Graziela nessa rua. O ponto mais próximo fica a 1 Km de distância, causando muitos transtornos aos moradores da citada rua, principalmente nos dias de chuva e à noite. Informações complementares podem ser obtidas com o Sr. João Luiz pelo telefone 354-1255.

Sala das Sessões, em 17.09.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1000

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, no sentido de proceder a colocação de lâmpada no poste existente na Rua Domingos Scucato, proximidades do n° 22, no Município de Almirante Tamandaré, no Bairro de Monte Santo. O poste situa-se em frente ao Hara's e ao ponto de ônibus São Francisco. À noite nesse lugar a escuridão é muita e como há uma valeta, as pessoas, ao descenderem do ônibus, podem cair na mesma e se machucarem.

Sala das Sessões, em 17.09.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1001

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Boa Vista, proximidades da Igreja Nossa Senhora de Nazaré, os quais solicitam a implantação de rede de distribuição de água e de rede coletora de esgotos sanitários nos lotes situados entre as Ruas Fernando de Noronha, Lourenço Volpi, João Kânia e Francisco Natael de Camargo. Os proprietários se prontem a pagar pela execução dos serviços, porém da

forma mais acessível que essa SANEPAR possa parcelar. Informações complementares podem ser obtidas com o Sr. Sílvio Bardrik pelo telefone 356-2943.

Sala das Sessões, em 17.09.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 977

Senhor Presidente.

Observadas as disposições do artigo 55 da Constituição do Estado e o que prescreve o Regimento Interno, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa, PEQUER à Mesa seja oficiado aos Secretários de Estado da Administração e da Educação, solicitando aos mesmos que informem sobre os procedimentos adotados na concessão de aposentadoria a professora, bem como qual o tempo de duração de cada estágio desse processamento e quais são os setores responsáveis pela análise desses casos.

As informações solicitadas se destinam a explicar aos professores as razões da demora e procurar orientá-los no sentido de conseguir reduzir esse prazo de processamento das respectivas aposentadorias.

Mesmo protocolando a documentação correta, os professores reclamam que a tramitação do processo de aposentadoria, nas secretarias, demora de seis a nove meses.

Os Deputados são procurados por professores que solicitam informações a respeito dessa demora e, em média, esses pedidos, por exemplo, no gabinete do signatário, representam de vinte a trinta atendimentos mensais.

Sala das Sessões, em 17.09.96.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 994

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de pedido de informações ao Exmo. Sr. Miquel Salomão, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando as seguintes informações:

1. O Sr. Armando Pallat, ocupou alguns cargos de confiança (Diretoria) no conglomerado BANESTADO?

2. Se sim, qual(ais) foi(ram) o(s) cargo(s) e em qual(ais) período(s)?

3. Qual é a restrição legal estabelecida para diretores e ex-diretores do conglomerado BANESTADO obter empréstimos do BANESTADO?

Sala das Sessões, em 17.09.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 995

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de pedido de informações ao Exmo. Sr. Miquel Salomão, Secretário de

Estado da Fazenda, solicitando:

1. Quais são os critérios de empréstimos dados pelo BANESTADO, a qualquer correntista, seja pessoa física ou jurídica, sem a devida garantia?

Sala das Sessões, em 17.09.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 428/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a União das Irmandades Femininas Ortodoxas Ucrânicas no Brasil, com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.96.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A União das Irmandades Femininas Ortodoxas Ucrânicas no Brasil, com personalidade jurídica e sem fins lucrativos, visa assegurar melhores condições religiosas, culturais e sociais à comunidade ortodoxa ucraniano-brasileira, através de doações, bem como prestar auxílio a estudantes carentes, através de bolsas de estudo.

Seu estatuto foi devidamente registrado em 02 de outubro de 1.989, no Registro de Títulos e Documentos - 3° Ofício desta Capital.

Trata-se de Associação Beneficente, com CGC sob número 81.909.061/0001-78, com sede em Curitiba na Avenida Cândido Hartmann, 1.310.

A União das Irmandades Femininas Ortodoxas Ucrânicas no Brasil foi declarada de Utilidade Pública pela Câmara Municipal de Curitiba, conforme Lei n° 7.936 sancionada pelo então Prefeito Jaime Lerner, em 18 de maio de 1.992.

PROJETO DE LEI N° 429/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo ceder para a Arquidiocese de Curitiba, a área 2, resultante da subdivisão do imóvel denominado Praça 38 - Planta Vila Tarumã, no Município de Pinhais, com área total de 4.000,00 m², e com as seguintes confrontações:

50,00 metros para a Rua Vicente Dandrea;

20,00 metros para a Rua Jacob Pedalto;

50,00 metros para a Rua Guilherme Weiss;

confrontando aos fundos com a área do

referido imóvel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.96.

(a) ANIRAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Quando das negociações mantidas entre o Poder Executivo, através da FUNDEPAR, e a Arquidiocese de Curitiba, da doação do imóvel, por nós já especificado neste projeto, pela Prefeitura Municipal de Piraquara ao Governo do Estado, ficou acertado que o imóvel seria passado à Arquidiocese para a construção da Capela Bom Pastor, pertencente a Paróquia de Nossa Senhora da Boa Esperança, cuja obra teve início em agosto de 1.977.

Foi a Capela Bom Pastor já é uma realidade e teve apoio dos paroquianos em todas as etapas de sua construção.

Assim sendo, por meio deste plano de lei, procuramos traduzir em lei o que já é uma realidade, legalizando o acordo realizado do Governo do Estado com a Arquidiocese de Curitiba.

Esperamos, então, contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 430/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Hospital e Maternidade Imaculada Conceição, com sede e foro no Município de São João do Triunfo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.96.

(a) ANIRAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública é uma sociedade sem fins lucrativos, sem finalidade político partidária. Objetiva prestar assistência médica e cirúrgica aos moradores da região de São João do Triunfo, independentemente de credos religiosos.

Face o amplo alcance social de tal medida contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 431/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade Pública Estadual a Associação Paranaense de Terapia Familiar, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.09.96.

(a) CEEZAP SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O serviço que ora pretende declarar-se de Utilidade Pública, tem por objetivos básicos, promover a aproximação e intercâmbio das entidades voltadas ao estudo e a pesquisa das técnicas e dos conhecimentos relativos a família, promover congressos, seminários e debates culturais e científicos, incentivar a formação de profissionais em terapia de família, promover cooperação e intercâmbio entre centros de reconhecida experiência científica no Estado do Paraná, no Brasil e no Exterior, a fim de ampliar e divulgar nossos conhecimentos e trabalhos, proporcionar atendimento terapêutico a famílias carentes da comunidade e principalmente desenvolver programas de prevenção visando favorecer a estruturação da família.

Por estar de acordo com as Leis Estaduais nº 8589 e 6994 que estabelecem as normas para declaração de Utilidade Pública, esperamos o apoio dos nobres Deputados para aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - É com satisfação que esta Mesa Executiva registra a presença dos alunos do 4º ano de Magistério do Colégio Estadual Dr. Afonso de Camargo, de Rio Azul, bem como, de sua Diretora Maria José Simon, que nos honram com suas presenças.

Anuncio esse feito em nome do ilustre Deputado Toti Colaço.

Não há oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças. Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós comparecemos neste momento à tribuna, nem tanto na condição de líder de plantão do PPM mas principalmente na condição de Presidente do Bloco Agropecuário. Para dizer aos Senhores Deputados que tivemos a nível de Câmara e Senado Federal a aprovação da Lei Complementar que leva o número 87, sancionada que já foi pelo Presidente Fernando Henrique e publicada no Diário Oficial da União no dia 16. E esta Lei Complementar todos nós sabemos, trata da desoneração do ICMS para a exportação de produtos agropecuários, trata da desoneração da exportação de produtos semi-elaborados e trata evidentemente de uma série de outros assuntos. Trata também de que a transferência, a comercialização de energia elétrica de um estado para outro bem como o petróleo e seus derivados, não

serão também tributados.

O setor produtivo do Paraná, nós temos recebido através das cooperativas, dos sindicatos, das federações, das associações de produtores, manifestações no sentido de que muito oportuna foi a votação desta Lei Complementar n° 87 no sentido de que agora os produtos agrícolas, os produtos pecuários e os semi-elaborados adquirirão, sem sombra de dúvida a nível de mercado internacional, um poder de competição maior do que o que tinha hoje. Todos sabemos que na exportação de soja e de outros produtos agrícolas e semi-elaborados como o farelo de soja, o óleo de soja, o suco da laranja, pesava a tributação de ICMS, e isso evidentemente impedia que o Brasil tivesse um poder de competição com outros Países onde os produtos primários e semi-elaborados não são tributados.

Evidentemente que isso para o setor produtivo é motivo de comemoração. Embora não tenhamos ainda obtido todos os requisitos, todas as reivindicações existentes, mas a desoneração do ICMS nas exportações é um avanço sem sombra de dúvida para o setor produtivo. Tivemos oportunidade também de no final de semana, no decorrer da semana passada e no dia de ontem, através da leitura dos jornais, através da audiência de rádio, através de programas que assistimos nas televisões ver a manifestação de representantes do setor produtivo.

Registro, em especial, a manifestação do Presidente da COCAMAR, Cooperativa Agropecuária de Maringá, o Senhor Luis Lourenço, falando a cerca das perspectivas hoje existente principalmente para o soja, para o milho, que certamente irão adquirir preços mais elevados e conseqüentemente um retorno para o produtor maior. Ainda hoje também assisti uma reportagem a respeito do comportamento do preço da soja, reportagem esta feita em Rolândia, na Cooperativa Agropecuária de Rolândia. Presidida pelo nosso amigo Eliseu de Paula, e lá pudemos observar também a manifestação de produtores rurais que já estão fechando negócios com soja, ainda estocado na faixa de dezessete reais a saca. Na bolsa de mercadoria e futuros negócios com a soja na faixa de dezessete e oitenta à dezoito reais a saca. Isso faz com que o setor produtivo do Estado do Paraná e do Brasil, fosse muito penalizado na safra 94/95. Tentando se recompor agora com os resultados obtidos na safra 95/96, faz com que a agricultura paranaense e brasileira possa realmente ter um alento, uma expectativa de preço melhor para o milho, para o soja na próxima safra. E isso evidentemente é bom para todos nós, em especial para o Estado do Paraná, um Estado altamente produtivo. Altamente exportador de produtos primários e semi-elaborados, fazendo com

que todos possamos quem sabe ter no setor primário estadual a recuperação dos prejuízos que obteve esse setor, que foi vítima, principalmente na safra 94-95.

Quero portanto cumprimentar aos Senhores Deputados Federais e Senadores que estiveram ao lado do atendimento à essa reivindicação. Mas deixar ainda o alerta que temos feito aqui, a forma de compensação estabelecida, na forma de compensação estabelecida o Paraná receberá em 97 qualquer coisa ao redor de 392 milhões, e no ano de 98 um pouco mais. Alguma coisa ao redor de 400, 410 milhões de reais. Evidentemente que na nossa avaliação e na avaliação dos companheiros do setor produtivo e dos setores de arrecadação esses valores ainda não compensam na plenitude as perdas que o Paraná continuará tendo em função da não tributação desses produtos na exportação e principalmente a perda de arrecadação que tem o Estado pela não tributação na comercialização da energia elétrica vendida para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, em especial.

É lamentável que nessa mini reforma tributária que fez o Congresso a gente não tenha conseguido obter que fosse implantada a tributação para venda de energia elétrica, porque aí sim, o Paraná arrecadaria pelo menos mais uns 300 a 350 milhões de dólares, por ano, dando condições, evidentemente, da realização de programas de infra-estrutura no Estado, programas de apoio à agricultura e à pecuária paranaense, e também, por que não dizer, programas na área educacional e social.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Registrar, em nome do Bloco Agropecuário, esta grande conquista que é a desoneração de ICMS nas exportações de produtos agrícolas e semi-elaborados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem n° 073/96, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Mensagem n° 074/96, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de

lei complementar, que objetiva alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei Complementar n° 76, de 21 de dezembro de 1995, que dispõe sobre concessões e permissões de serviços públicos. À Diretoria legislativa, para os devidos fins.

Ofício n° 279/96, subscrito pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, comunicando que o Senhor Deputado Valdir Rossoni, responderá pela Liderança do Governo junto a essa Assembléia Legislativa, até o dia 15 de outubro do corrente ano. À Diretoria de Assistência ao Plenário.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando licença pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para tratar de assuntos particulares. À Diretoria de Assistência ao Plenário.

Projetos de lei em n° de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 185/96, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que dispõe sobre as multas de mora, nas áreas de atividade de prestação de serviços públicos ou relações de consumo de competência legislativa do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N° 185/96

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ricardo Chab, tem por objetivo dispor sobre as multas de mora, nas áreas de atividade de prestação de serviços públicos ou relações de consumo de competência legislativa do Estado do Paraná.

Essa Comissão já havia se manifestado com relação ao projeto e agora retorna para que seja analisado o substitutivo.

Nada encontrou-se que pudesse impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis e, sendo assim, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

1 o parecer.

Sala das Comissões, em 10.09.96.

(aa) JOEL CORRÊA - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

Apoio: César Seleme, Geraldo Cartário, Walmar Trentini, Albanor Gomes, Cezar Silvestri, Caio Quintana.

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 365/96, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Assistencial e Educacional Betesda - ASSAEBE, com sede e foro na Cidade de Curitiba - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 369/96, de autoria do Deputado Reny Boratto, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Desenvolvimento Cultural, Desportos, Turismo e Pesquisa Científica - ADCTUR, com sede e foro na Comarca de Sengés, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 376/96, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Fundação INEPAR, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 05

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 386/96, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no Município de Lidianópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 06

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 393/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Liga Desportiva Norte Paranaense, com sede e foro na Cidade de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/96, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que cria 10 (dez) cargos de Promotor de Justiça de Entrância Final, com atribuições junto aos Juizados Especiais Criminais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 415/96, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Beto Richa, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Darvil José Caron. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 134 de 03.09.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 415/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria dos Deputados Anibal Khury e Beto Richa tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Darvil José Caron.

Chamada essa Comissão a se manifestar, por não haver óbice e por tratar de um cidadão da estirpe do Senhor Darvil Caron, a homenagem é mais do que merecida.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.09.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimento nº 990, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Aproveito.

Anunciamos a presença em nosso meio do Prefeito de Bocaiúva do Sul, Senhor Carlos Fonseca, associado pelo Deputado Kleiton, pela Mesa Executiva e pelos Senhores Parlamentares.

Requerimentos nºs 994 e 995, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. Em votação.

O SR. FLORISTALDO FIER (Pela Ordem) -

Existe sobre a mesa dois pedidos de informações de minha autoria, ambos para o Secretário de Estado Miguel Salomão e, em acordo com a Liderança do Governo e o compromisso assumido deles serem respondidos, retiro os dois da Sessão Plenária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente anotado o entendimento da Liderança do Governo e o Deputado Floristaldo Fier.

Os próximos dias, avisamos os Senhores

Deputados que, teremos reunião nas Comissões desta Casa e, logo que houver oportunidade de uma matéria urgente a ser apreciada pelo Plenário, os Senhores Deputados serão comunicados.

Requerimento nº 993, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 975, 984, 985 e 986, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 977, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 978 e 979, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 983, de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 989, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 991, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 992, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 997, de autoria do Senhor Deputado Nelson Turack, constante do expediente. Aproveito. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 998, 999, 1000 e 1001, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1002, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, comunicando os Senhores Deputados que só será convocada a Sessão Ordinária se houver matérias de urgência para serem votadas.

Levanta-se a sessão.

Ato da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 202/96

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

exonerar, a pedido, JANETH CÂNDIDA DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Marquinhos Alves, a partir de 1° de agosto de 1996.

(Prot. n° 7946)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 19.08.96.

(aa) ANIRAL KHUPY - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - 1° Secretário

NELSON GARCIA - 2° Secretário

Ato da Diretoria Geral:

PORTARIA N° 067/96

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

lotar no Gabinete da Procuradoria Geral,

os funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 1° de setembro de 1996:

ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA

JOGUIBE MANSUR

BOGDANO KARPEN

DARCI ANTONIO BUDEL

NEUSA ALVES DE OLIVEIRA

PEDRO ALVARES DOS SANTOS

CESAR AUGUSTO LEONI

HILTON RONALD ALICE

WILSON RAMOS

LUIZ LIMA

DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA

GERSON EVANGELISTA PASSOS

OLGA POPOVITCH

LIDIA MUCHINSKI

MARCO ANTONIO MARCONCIN

ROSI MARIA BANDEIRA DE ASSIS

NELSON AUGUSTO DE ARAÚJO

PAULO HENRIQUE DE ARRUDA GONÇALVES

GILBERTO BITTENCOURT FONToura

Gabinete da Diretoria Geral, em 30.08.96.

(a) ABIR MIGUEL - Diretor Geral